

---

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara Municipal de São José do Campestre, órgão do Poder Legislativo do Município de São José do Campestre /RN, situado no Estado do Rio Grande do Norte não se constitui em Personalidade Jurídica de Direito Público, meramente contábil.

Durante o exercício financeiro de 2025, a Câmara Municipal de São José do Campestre experimentou duas alterações na composição de sua Mesa Diretora. Inicialmente, a gestão foi conduzida pela Mesa Diretora eleita para o Biênio da Primeira Mesa 2025-2026. Posteriormente, em decorrência de uma decisão judicial proferida no decorrer do exercício, onde houve a posse de uma nova composição da Mesa Diretora, que assumiu a condução dos trabalhos legislativos e administrativos da Casa até o fechamento do referido exercício financeiro que compreende esta nota.

Essa alternância na liderança da instituição, motivada por processo eleitoral e subsequente determinação judicial, representa um fator relevante para a compreensão do ambiente de governança e das decisões administrativas e orçamentárias tomadas ao longo do período. A gestão contábil e financeira da Câmara Municipal manteve-se em conformidade com as normas vigentes, assegurando a continuidade dos registros e a transparência das operações, independentemente das mudanças na sua cúpula diretiva, ressalvadas as disposições decorrente da decisão judicial imposta.

### **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição, parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas estendido Aplicado ao Setor, integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição aprovado pela portaria nº Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024 e a portaria conjunta STN/SOF nº26, de 18 de dezembro de 2024.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, financeiras, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

---

---

## **NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

### **Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

### **Despesas**

Vamos relatar somente as despesas orçamentárias em virtude da câmara não recebe receita orçamentaria e sim duodécimo, dessa forma, as despesas foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas estendido da Secretaria do Tesouro Nacional.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

## **NOTA 4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição.

O Balanço Orçamentário apresentadas despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2(Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2(Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal: são apresentadas as despesas previstas em confronto com as realizadas. As despesas são apresentadas conforme a classificação por grupo de natureza. No quadro em anexo abaixo conseguiremos identificar a dotação inicial, que corresponde ao que a LOA autorizou a gastar, dotação atualizada é a dotação inicial com alterações, despesa empenhadas, refere-se aos valores
-

---

contratados pelo órgão, despesas liquidadas, são o que foi realmente executado dos contratos e as despesas pagas retrata os valores pagos dos contratos executados.

A Câmara Municipal de São José do Campestre, por sua natureza institucional, não possui receitas próprias. Seu orçamento é integralmente custeado por meio de transferências financeiras recebidas do Poder Executivo Municipal, a título de duodécimo, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal. Esses repasses são realizados mensalmente, até o dia 20 de cada mês, para o custeio de suas despesas.

O Balanço Orçamentário apresenta todas as categorias de Receitas Correntes (I) e Receitas de Capital (II) com valores de Previsão Inicial, Previsão Atualizada e Receitas Realizadas iguais a R\$ 0,00. Esta apresentação reflete a ausência de arrecadação direta por parte da Câmara.

Contudo, o valor total Receitas Realizadas destacado na coluna (c), evidenciado na linha "TOTAL (VII) = (V + VI)", de R\$ 2.379.859,94, corresponde ao montante total dos recursos recebidos a título de duodécimo ao longo do exercício de 2025, que financiaram as despesas da Câmara. Este valor também se alinha ao total das despesas empenhadas no período.

A Lei Municipal nº1009 de 19 de dezembro de 2024, fixou as Despesas Orçamentária em R\$ 2.195.300,00 que está mensurado na Coluna (e) Dotação Inicial e linha TOTAL (XV)=(XIII+XIV).

Consoante o valor total dos repasses a título de Duodécimo para 2025 em R\$ 2.379.961,02, o orçamento subestimou, necessitando de equilíbrio. Feito procedimento legal onde o Poder Executivo, por meio de Decreto Municipal nº 04 de 11 de dezembro de 2025 abriu crédito suplementar para a devida suplementação em R\$ 185.000,00. Atualizado o Orçamento assumiu o valor em R\$ 2.380.300,00.

É oportuno explicar que embora tenha-se suplementado o orçamento em R\$ 185.000,00 apenas R\$ 2.379.859,94 foi devidamente empenhado. Liquidando e Pagando as despesas no montante de R\$ 2.291.829,94.

Do montante empenhado, foram inscritos R\$ 88.030,00 (oitenta e oito mil e trinta reais) em resto a pagar não processados, também foram inscritos R\$ 0,00 (zero reais) em resto a pagar processados. Justificando o saldo Orçamentário em 440,06 (quatrocentos e quarenta reais e seis centavos), a seguir:

---

Empenho-	Data	Código gera	Nome	Saldo	Saldo	Processad	Não
----------	------	-------------	------	-------	-------	-----------	-----

---

<b>Tipo</b>				<b>empenha do</b>	<b>a pagar</b>	<b>o</b>	<b>proces sado</b>
3012001- Ordinário	30/12/2025	01.01.01.031.0001.2.001.3.3.90.39 .00.1.500.0000	JOSENIL DO FELIZ DA SILVA	R\$ 13.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.900,0 0
3012002- Global	30/12/2025	01.01.01.031.0001.1.002.4.4.90.52 .00.1.500.0000	RV COMER CIO E SERVIC OS LTDA	R\$ 43.797,00			R\$ 43.797,0 0
3012003- Global	30/12/2025	01.01.01.031.0001.1.002.4.4.90.52 .00.1.500.0000	RV COMER CIO E SERVIC OS LTDA	R\$ 30.333,00			R\$ 30.333,0 0
			<b>Total geral</b>	<b>R\$ 88.030,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>88.030,0 0</b>

De acordo com as exigências legais e com as boas práticas contábeis, foram realizados procedimentos para que não fossem inscritos, indevidamente, restos a pagar não processados.

O valor para pagar todas as despesas da câmara são únicas e exclusivas do rapasse titulado duodécimo recebido da prefeitura, conforme está descrito os valores recebidos abaixo:

<b>DUOCECIMO ORÇAMENTARIO</b>				
<b>Data</b>	<b>Mês</b>	<b>Valor Previsto</b>	<b>Valor Repassado</b>	<b>Saldo da Conta</b>
20.01.2025	Janeiro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 180.000,00	INGRESSO
10.02.2025	Janeiro/2025	R\$ 18.330,09	R\$ 18.330,03	INGRESSO
17.02.2025	Fevereiro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
19.03.2025	Março/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
17.04.2025	Abril/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
20.05.2025	Maio/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
20.06.2025	Junho/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
18.07.2025	Julho/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
20.08.2025	Agosto/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
22.09.2025	Setembro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
20.10.2025	Outubro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
19.11.2025	Novembro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	INGRESSO
19.12.2025	Dezembro/2025	R\$ 198.330,09	R\$ 198.330,09	
<b>Total do Egresso:</b>	<b>2.379.961,02</b>	<b>Total previsto Ingresso</b>	<b>R\$ 2.379.961,08</b>	<b>R\$ 2.379.961,02</b>
<b>DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO</b>			<b>R\$ 2.379.961,02</b>	

---

Conforme demonstrado acima a câmara recebeu de repasse o valor de R\$ **2.379.961,02** (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e dois centavos), correspondente ao exercício de 2025. A Câmara Municipal realizou a devolução para Prefeitura no montante devolvido de R\$ 110,84 (cento e dez reais e oitenta e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2025 como sobra financeira, observadas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e da Lei 4.320/1964.

Evidenciando o registrado um saldo financeiro remanescente em conta bancária no valor de R\$ 88.020,24 (oitenta e oito mil, vinte reais e vinte e quatro centavos), com data de 31 de dezembro de 2025, os respectivos valores anotados em Restos a pagar Não Processados do Exercício somam o montante de R\$ 88.030.00 (oitenta e oito mil reais), a falta de R\$ 9,76 (nove reais e setenta e seis centavos) está relacionado a uma taxa bancária debitada automaticamente.

## **NOTA 5 – BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro (BF)<sup>1</sup> evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) no caso da câmara o duodécimo e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

BF é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias.

---

---

Cabe destacar que, os Recebimentos Extraorçamentários são valores que ingressam nos cofres públicos, mas que não constituem receita orçamentária no sentido estrito. Isso significa que eles não pertencem ao ente público de forma definitiva e, portanto, não transitam pelo orçamento para financiar despesas.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:

Consignações: Descontos em folha de pagamento (empréstimos consignado, pensões alimentícias) arrecadado e repassado para as instituições credoras.

Retenções de Impostos: Impostos retidos na fonte (IRRF, ISS, INSS) que a entidade arrecadou e, posteriormente, repassou para respectivos entes tributantes.

## **NOTA 6 – BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

### **Ativo Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b) terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

---

---

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

As disponibilidades da Câmara Municipal são compostas por valores em conta corrente bancárias, e são mensuradas pelo valor original,

Os valores registrados nas contas de bancos foram conciliados com os extratos bancários. Tal conciliação pode ser verificada em anexo a prestação de conta.

<b>ATIVO</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>
<b>Ativo Circulante</b>	
Caixa e Equivalente de Caixa	88.020,24

O valor que passou de saldo financeiro em caixa, servirá para pagamentos dos restos a pagar não processados. Evidenciadas no passivo circulante que foi devidamente destacado no tópico do Balanço Orçamentário.

O saldo da Conta Corrente 6.548-x Agência 2640-9 no final do exercício é de R\$ 88.020,24.

<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>
C: 6.548-X / Ag: 2640-9 AGÊNCIA BANCO DO BRASIL – SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN
Corrente/Movimento (sem aplicação)
R\$ 88.020,24

O Saldo contábil demonstrado na conta caixa e equivalente de caixa de R\$ 88.020,24 (Oitenta e oito mil e vinte reais e vinte e quatro centavos), é a justa soma posição apresentada no extrato e conciliação bancária.

### **Ativo Não Circulante**

Compreende os ativos têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo amortizar do ativo diferido.

### **Passivo Circulante**

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente por negociação; tenham prazos estabelecidos ou

---

---

esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

### **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

### **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

### **Demais Obrigações a Curto Prazo**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e os valores extraorçamentários.

### **Patrimônio Líquido**

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto.

Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

### **Resultados Acumulados**

Compreende a diferença entre a variação patrimonial aumentativa e a variação patrimonial diminutiva.

### **Quadro do Superávit / Déficit Financeiro**

Este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

---

---

Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos.

## **NOTA 7 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício financeiro de 2025 apresenta as variações que afetaram o patrimônio da Câmara Municipal de São José do Campestre/RN durante o período em análise. Este documento é uma ferramenta essencial para compreender as mudanças ocorridas nos recursos financeiros e patrimoniais da entidade.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente e segue as instruções da ICP 05.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, ou seja, transações representadas pelos fatos modificativos.

As Variações Patrimoniais Aumentativas são únicas e exclusivamente para Câmara Municipal de São José do Campestre /RN as transferências recebidas do Poder Executivo, a Prefeitura Municipal de São José do Campestre /RN, a título de Duodécimo, sua única fonte de recurso, vez que o poder Legislativo não possui Receita de Arrecadação.

No entanto, as variações patrimoniais diminutivas destacam os principais aspectos que influenciaram negativamente o patrimônio da Câmara Municipal de São José do Campestre /RN durante o exercício financeiro de 2025. É importante ressaltar que esses gastos são essenciais para o funcionamento da entidade e para o cumprimento de sua missão institucional, demonstrando o compromisso com a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

## **NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado

---

---

ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

**MÁRCIA NELO DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE**

**WERLEY HERMENEGILDO DA COSTA FERNANDES**  
**CONTADOR**

---